O terremoto na Venezuela e a política de desastres | Carta semanal 27 (2026)



Jesús Rafael Soto (Venezuela), *Barroco negro*, 1961.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Em 24 de junho de 2026, uma série de **terremotos** consecutivos abalou a Venezuela, apenas alguns meses depois de os Estados Unidos bombardearem a capital e sequestrarem o presidente Nicolás Maduro e a deputada estadual Cilia Flores. O ano tem sido cruel com a Venezuela, cujo povo vem sendo **atacado** pelos Estados Unidos desde o início da Revolução Bolivariana. A carta desta semana traz nosso mais recente Alerta Vermelho, *A verdade em meio aos escombros*, publicado em colaboração com a Assembleia Internacional dos Povos, Alba Movimientos, Sociedad Patriótica, La Unión Comunera, Fuerza Patriótica Alexis Vive e Frente Francisco de Miranda. O texto está reproduzido abaixo, e uma versão para impressão está disponível **aqui**.



Alerta Vermelho n. 22: A verdade em meio aos escombros

Os desastres naturais revelam mais do que o movimento das placas tectônicas: a força das sociedades, a resiliência das comunidades e as fraturas políticas que moldam o sofrimento de quem é exposto e de quem é explorado. Poucas horas após os devastadores terremotos que atingiram a Venezuela em 24 de junho de 2026, as redes sociais e setores da imprensa internacional circulavam narrativas já conhecidas. Antes mesmo que as operações de resgate pudessem começar de fato, o desastre já havia se transformado em mais um campo de batalha na longa campanha liderada pelos EUA para minar o processo bolivariano iniciado com a eleição de Hugo Chávez em 1998.

Nada disso deve diminuir a imensa tragédia que o povo venezuelano enfrenta. Bairros inteiros foram devastados. Centenas de prédios desabaram. Hospitais, estradas, pontes e outras infraestruturas públicas estão em ruínas. Famílias continuam buscando por seus entes queridos enquanto equipes de resgate lutam contra a chuva, os tremores secundários e o difícil acesso pelas estradas. Mas a solidariedade exige mais do que compaixão. Exige a verdade. É por isso que o alerta vermelho n. 22 foi emitido, com o título *A verdade em meio aos escombros*. O texto examina alguns dos mitos mais comuns que circulam sobre o terremoto e os confronta com as evidências disponíveis.



Mario Carreño (Cuba), *Alegoria de uma paisagem cubana*, 1943.

Mito 1: O governo da Venezuela não respondeu de forma eficaz ao terremoto

A dimensão da catástrofe precisa ser compreendida antes que qualquer julgamento sério possa ser feito. O número de mortos aumenta a cada dia, enquanto equipes de resgate e voluntários vasculham os escombros, com dezenas de milhares de pessoas ainda desaparecidas. Quase **duzentos prédios** desabaram completamente, e centenas de outros foram parcialmente destruídos. Hospitais que normalmente receberiam os feridos também foram danificados. Uma importante ponte e diversas estradas foram danificadas no estado de La Guaira, onde o terremoto atingiu com mais força entre os seis estados afetados, tornando extremamente difícil o deslocamento de equipamentos e equipes de resgate para as áreas atingidas. As chuvas contínuas e quase 800 réplicas do terremoto complicaram ainda mais as operações de resgate, enquanto o colapso parcial do aeroporto de Caracas obrigou equipes de resgate internacionais a chegarem por aeroportos mais distantes e, em seguida, a viajarem por terra. Nenhum país possui capacidade ilimitada de resposta a emergências diante de uma destruição dessa magnitude.

No entanto, a Venezuela entrou nessa crise carregando um fardo adicional que poucos países já experimentaram nessa escala: anos de guerra econômica por meio de **medidas coercitivas unilaterais** impostas principalmente pelos Estados Unidos e seus aliados. Essas medidas congelaram mais de **30 bilhões de dólares** em ativos públicos venezuelanos que poderiam ter fortalecido a preparação para desastres, modernizado a infraestrutura e financiado reservas de emergência. Elas restringiram severamente a capacidade do país de adquirir equipamentos de resgate especializados, maquinário pesado, medicamentos, peças de reposição e materiais de construção, além de provocarem migração em massa.

O endurecimento das sanções impostas pelos EUA em 2017 provocou a emigração e levou a uma profunda perda de trabalhadores em serviços públicos essenciais. A Relatora Especial das Nações Unidas, Alena Douhan, **disse** que, até 2021, os serviços públicos haviam perdido entre 30% e 50% de seu pessoal, incluindo muitos médicos, enfermeiros, engenheiros, professores, juízes e outros profissionais qualificados, e muitos hospitais públicos relataram que entre 50% e 70% dos cargos de especialistas estavam vagos. Essa perda de pessoal enfraqueceu a capacidade de resposta a emergências do país: menos trabalhadores treinados, cargas de trabalho mais pesadas para os que permaneceram e serviços públicos menos capazes de responder quando ocorria um desastre.

Os efeitos dos desastres naturais não podem ser dissociados das condições políticas e econômicas em que ocorrem. Contudo, a Venezuela não é uma vítima indefesa. Apesar do impacto devastador sobre a vida humana, o país começou a se recuperar lentamente. Após uma **contração** de 75% no PIB entre 2013 e 2021, o PIB venezuelano cresceu cerca de 9% em 2024 e **novamente** em 2025. O país passou de **importar** mais de 70% de seu suprimento alimentar em 2017 para produzir 96% internamente em março de 2026. A receita do petróleo, que havia caído de 93 bilhões de dólares em 2012 para 4,2 bilhões em 2020, mostrou **recuperação** de cerca de **18 bilhões** nos últimos anos. As condições permaneceram difíceis e bem abaixo dos níveis pré-crise, mas a infraestrutura e os padrões de vida começaram a melhorar. A vida não estava isenta de desafios significativos, nem havia retornado aos níveis pré-crise, mas o país, sua infraestrutura e a qualidade de vida de muitos de seus habitantes começaram a melhorar. A capacidade de avançar rumo à recuperação econômica, apesar de mais de mil medidas coercitivas unilaterais em vigor, reflete-se em melhorias graduais na qualidade de vida e nos serviços públicos – incluindo a resposta a desastres.



Guillermo Kuitca (Argentina), *O mar doce*, 1989.

Mito 2: O governo venezuelano está bloqueando a ajuda humanitária

Talvez a alegação mais difundida seja a de que as autoridades venezuelanas têm impedido deliberadamente que voluntários e ajuda cheguem às comunidades afetadas. No entanto, as operações modernas de busca e resgate dependem de uma coordenação cuidadosa. Cães de resgate precisam de silêncio para detectar sobreviventes sob os escombros. Máquinas pesadas precisam de vias de acesso desobstruídas. Ambulâncias precisam de estradas livres de congestionamento. A movimentação descoordenada de milhares de civis por zonas de desastre, por mais bem-intencionada que seja, pode obstruir as operações de resgate e custar vidas.

Relatórios no local indicam que veículos de resgate estavam ficando presos no trânsito civil. Trajetos que normalmente levam quarenta minutos demoraram mais de cinco horas. Ambulâncias transportando vítimas gravemente feridas foram atrasadas por estradas congestionadas e intransitáveis. Restringir o acesso a zonas de desastre, portanto, não é evidência de repressão, mas sim uma prática padrão de emergência empregada em todo o mundo.

Ao mesmo tempo, a participação organizada de voluntários tem sido ampla desde o início, com milhares de pessoas se registrando formalmente após 26 de junho para esforços coordenados de socorro ao lado de serviços de emergência profissionais, garantindo que a solidariedade fortaleça, em vez de interromper, as operações de

resgate. A questão nunca foi se os civis deveriam ajudar, mas sim se a assistência está sendo organizada de forma a salvar vidas.



José Clemente Orozco (México), *Barricada*, 1931.

Mito 3: As comunidades afetadas estão sendo negligenciadas pelo governo venezuelano

No primeiro dia da tragédia, esforços conjuntos da Defesa Civil, das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB), da polícia e das famílias e comunidades das vítimas responderam e **ajudaram** no resgate de 2.407 pessoas das áreas mais afetadas em La Guaira. Em 1º de julho, aproximadamente **26 mil pessoas** de agências de defesa civil, serviços de emergência, polícia, forças armadas e outras instituições públicas haviam sido mobilizadas em toda a zona de desastre. Cerca de **17 mil voluntários** se juntaram formalmente às operações de socorro. Nas áreas afetadas, 6.461 pessoas foram resgatadas. As autoridades coordenaram os esforços de resgate com mais de 4 mil profissionais de resgate estrangeiros e pelo menos 41 delegações internacionais participando dos esforços humanitários. A resposta humanitária já entregou diretamente quase 9 milhões de quilos de alimentos, cerca de 28 mil cestas básicas e 3,2 milhões de litros de água potável às áreas afetadas – números que aumentam significativamente a cada dia, com os esforços contínuos de socorro e os relatórios diários da Assembleia Nacional. Mais de 80 mil famílias receberam assistência, incluindo alimentos, transporte, atendimento médico, apoio psicológico e abrigo emergencial.

Equipes médicas atenderam mais de 17 mil pessoas em hospitais, clínicas de campanha e centros de triagem de emergência. O fornecimento de energia elétrica foi amplamente restabelecido nas áreas afetadas. As alegações de que as casas construídas pelo programa Gran Misión Vivienda Venezuela – o principal programa habitacional do governo, que já abrigou **5,2 milhões de famílias** – eram mal construídas não se sustentou quando se constatou que casas construídas por governos anteriores e por empreiteiras privadas sofreram danos semelhantes. Até 1º de julho, 13 grandes abrigos foram abertos em La Guaira, com outros 12 em funcionamento em Caracas, Miranda e outros estados afetados, e planos de expansão estão em andamento. Nenhuma dessas conquistas apaga o enorme sofrimento que ainda persiste. Mas demonstram que, longe de se omitirem, as instituições públicas da Venezuela e milhares de cidadãos organizados continuam os esforços de assistência em condições extremamente difíceis.



Alejandro Mario Yllanes (Bolívia), *Estanho Maldito*, 1937.

Mito 4: A preocupação dos EUA com a Venezuela pode ser separada da guerra híbrida dos EUA

Toda contribuição humanitária genuína merece reconhecimento, independentemente de sua origem. Mas os gestos humanitários não podem ser separados da realidade política mais ampla nem do registro histórico. Os Estados Unidos continuam mantendo as sanções que enfraqueceram sistematicamente a economia da Venezuela, restringem seu acesso ao financiamento internacional, bloqueiam a importação de bens essenciais e congelam bilhões de dólares pertencentes ao povo venezuelano. Não se pode elogiar a assistência humanitária e, ao mesmo tempo, manter políticas que agravam as emergências humanitárias.

Sanções e outras medidas coercitivas unilaterais são frequentemente eficazes politicamente justamente por serem invisíveis. Ao contrário das bombas, raramente produzem imagens dramáticas. Em vez disso, corroem lentamente os sistemas de saúde pública, a infraestrutura, a capacidade produtiva e as instituições estatais ao longo de muitos anos. Quando o desastre finalmente ocorre, as instituições enfraquecidas são apresentadas como prova de incompetência governamental, em vez do efeito cumulativo de uma guerra econômica deliberada. O custo humano dessa guerra econômica tem sido devastador, com as sanções dos EUA causando mais de **40 mil mortes** entre 2017 e 2018 e colocando 300 mil pessoas em risco de sofrer o mesmo destino por falta de acesso a medicamentos ou tratamentos essenciais.

Aproximadamente 31 toneladas de ouro venezuelano – avaliadas em cerca de **1,95 bilhão de dólares** em 2020 – permanecem retidas no Banco da Inglaterra, após o Reino Unido ter se alinhado à campanha de pressão de Washington contra a Venezuela. O país também enfrenta uma dívida pública estimada em cerca de **240 bilhões de dólares**, incluindo títulos soberanos e da PDVSA inadimplentes, juros acumulados, faturas não pagas, indenizações arbitrais e empréstimos bilaterais. Embora as sanções financeiras impostas em 2017 não tenham criado toda essa dívida, elas isolaram a Venezuela dos mercados financeiros dos EUA e restringiram severamente sua capacidade de honrar e reestruturar suas obrigações. A retenção contínua de ativos e o excesso de dívida privam o país dos recursos necessários para reconstruir a infraestrutura, fornecer moradia e cuidar dos sobreviventes com dignidade.

O gesto humanitário mais significativo hoje não seria outra declaração de preocupação. Seria o levantamento imediato de todas as medidas coercitivas unilaterais e a liberação dos ativos soberanos congelados da Venezuela para a reconstrução.



Julia Codesido (Perú), *Indias Huancas*, 1931.

Mito 5: O terremoto prova que o processo bolivariano fracassou

O desastre revelou a capacidade de uma sociedade organizada de agir coletivamente sob pressão extraordinária. Comunas, organizações de bairro, redes de saúde pública, sistemas de distribuição de alimentos, brigadas de voluntários e instituições locais, construídas ao longo de décadas, tornaram-se indispensáveis para a resposta à emergência. Em todo o país, comunidades organizadas mobilizaram alimentos, abrigo, transporte, assistência médica e voluntários por meio de estruturas que antecedem o terremoto.

Nenhuma sociedade pode eliminar o sofrimento causado por um desastre dessa magnitude. Mas sociedades com comunidades organizadas geralmente são mais capazes de resistir e responder a tais crises do que aquelas que dependem exclusivamente de mercados e iniciativa privada. Essa resiliência não surgiu espontaneamente. Ela se baseia em décadas de investimento em educação pública, alfabetização, saúde e organização comunitária. Desde o início do processo bolivariano, **milhões de venezuelanos** tiveram acesso à educação, o analfabetismo foi **erradicado**, novas universidades públicas expandiram o ensino superior e o investimento público em saúde aumentou drasticamente. Apesar dos danos causados pela guerra híbrida liderada pelos EUA, **esses avanços** fortaleceram não apenas os indicadores sociais, mas também as formas de organização coletiva que se tornam indispensáveis em momentos de emergência nacional.



Gabriel Fernández Ledesma (México), *Capa de El sembrador*, 1930.

Para o povo venezuelano, as seguintes medidas devem ser tomadas:

1. Todas as medidas coercitivas unilaterais, incluindo as sanções econômicas, impostas à Venezuela devem ser

suspensas imediatamente, e os ativos públicos venezuelanos que permanecem congelados, retidos ou inacessíveis no exterior devem ser liberados.
2. A intervenção estrangeira em todas as suas formas deve ser encerrada.
3. A dívida externa da Venezuela deve ser cancelada.
4. A assistência humanitária deve ser coordenada com as instituições públicas e as comunidades organizadas da Venezuela, em vez de ser usada como instrumento de intervenção política ou militar.
5. Os movimentos internacionais devem continuar a apoiar o povo venezuelano muito depois de a atenção da mídia internacional inevitavelmente se voltar para outros assuntos.

Desastres naturais são inevitáveis. Mas a transformação deles em catástrofes humanitárias depende de escolhas políticas. O povo venezuelano enfrenta agora o imenso desafio de reconstruir casas, escolas, hospitais e comunidades, enquanto arca com as consequências de décadas de guerra econômica. A solidariedade internacional, portanto, deve significar mais do que simpatia: deve rejeitar os mitos propagados pelos inimigos da Venezuela, exigir o fim das sanções e restrições patrimoniais que enfraqueceram a capacidade de resposta do país e defender o direito da Venezuela de se recuperar, reconstruir e determinar seu próprio **futuro**, livre de coerção externa.

Cordialmente,

Vijay